

4

Democracia, Corpos Armados e Poder Popular

4.1.

Representação, Regras do Jogo e Autonomia

Para um teórico liberal da democracia, Maquiavel, Spinoza e Marx trazem grande incômodo ao conceberem a multidão como horizonte absoluto da política. De saída, isto implica uma afirmação anti-acadêmica: as mais elaboradas arquiteturas teóricas sobre o processo democrático estão sujeitas a serem invalidadas ou desprovidas de qualquer eficácia prática, se não forem objeto do desejo e da imaginação populares. Ao longo deste trabalho, procuramos mostrar que este é o caso do projeto moderno de eliminação da violência pelo monopólio estatal da força. Uma vez que as instituições são, em parte, expressões imaginárias da resistência de um corpo individual ou coletivo às diferentes formas de violência que lhe afetam, não há desenho institucional, incluindo o democrático, que possa extinguir a violência, embora a violência da ação coletiva possa extinguir e transformar tais instituições. O próprio modo violento pelo qual o capitalismo se reproduz exemplifica isto, pois quanto mais a potência coletiva de agir e de pensar do trabalho compreende a si própria enquanto causa de tais instituições, ou seja, como fonte criadora de todo valor, menos força tem o imaginário do capital e maior a dificuldade para sua reprodução.

Na narrativa liberal, Marx pode ser, no máximo, um teórico da democracia econômica. Quanto à política, o pensamento marxista teria como parâmetro a seguinte alternativa: 1) o marxismo é fundamentalmente anti-democrático, por sua defesa da violência revolucionária e da ditadura; 2) apesar disso, o marxismo é basicamente democrático, por que seus objetivos finais não visam senão levar a democracia às últimas consequências¹. A nosso ver, aceitar esta alternativa como limite é desconhecer que o problema da democracia, tal como colocado por Marx, não é de uma escolha entre possíveis. Ironicamente, é o realismo capitalista de Schumpeter que expõe os limites de

¹ Jacques Textier percebe que, sobre as relações de Marx e Engels com o que chama de princípio democrático, “é inteiramente possível sustentar qualquer tese, o que equivale a dizer que é possível sustentar as teses mais opostas”. TEXTIER, Jacques. *Revolução e Democracia em Marx e Engels*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005. p. 15.

tal alternativa: a prática dos partidos socialistas comprovaria que aderem à democracia quando ela serve a seus interesses e, conseqüentemente, além de provar o oportunismo de tais organizações, isto levaria à conclusão teórica de que “*o aspecto característico do socialismo não implica qualquer coisa em relação a suas normas políticas*”². Nada mais expressivo para ilustrar a confusão dos cientistas da política do que esta afirmação, dado que ela reproduz uma distinção entre economia e política como duas “esferas” funcionalmente ligadas entre si, o que é inconcebível no termos de Marx. Dito de outra maneira, a alternativa assim colocada é uma escolha entre o melhor método, democrático ou revolucionário, para levar adiante transformações socialistas na economia ou, inversamente, quais as transformações econômicas socialistas necessárias para tornar a escolha do método político democrático possível. Lukács relata de modo mais preciso como esta construção ideológica produz efeitos no interior do movimento operário:

“Trata-se do abandono da concepção marxiana do papel da economia no processo global do desenvolvimento da sociedade, abandono então muito difundido em todo o movimento operário. Na ideologia deste movimento, foi acolhida, com algumas variações, a divisão do trabalho entre as ciências e, em conseqüência, a idéia de que haveria uma ‘autonomia’ entre os objetos e as leis das ciências assim separadas entre si. De base material do processo histórico unitário, a economia foi simplesmente transformada numa ciência particular mais ou menos ‘exata’; isso levou Hilferding a afirmar de acordo com esta visão metodológica, que a economia marxiana era conciliável com qualquer concepção de mundo. Mas, quando a economia é transformada numa ciência particular, ainda que inserida numa concepção global que pretenda marxista, ela perde ligação orgânica com o conjunto do destino do gênero humano; em conseqüência, isolada no plano científico e assim aplicada na prática, pode ser tratado em termos apenas táticos”³

As tentativas “realistas” dos pensadores liberais sensíveis à crítica marxista em ampliar o alcance de sua concepção democrática encontram, pois, bases teóricas e políticas para reproduzir esta inadequação. É o caso do texto de Robert Dahl sobre a democracia econômica⁴, no qual o autor se esforça por demonstrar que, levada para o âmbito das empresas capitalistas, a democracia pode garantir melhores resultados para a democracia política, favorecendo o equilíbrio entre liberdade e igualdade. Ao estudar as

² SCHUMPETER, Josefo. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1961. p. 291.

³ LUKÁCS, György. *Socialismo e Democratização. Escritos Políticos: 1956-1971*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008. pp. 134-135.

⁴ DAHL, Robert. *Um Prefácio à Democracia Econômica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

formas de apropriação das empresas, por exemplo, Dahl menospreza a opção entre o modelo capitalista e socialista como uma questão de rótulo. Nestes marcos, a propriedade privada ainda perpassaria outros regimes de apropriação: mesmo a propriedade cooperativa, segundo Dahl, só se justifica enquanto os indivíduos podem utilizar suas cotas como mercadorias e, deste modo, “*usar, gerir, alugar, vender, alienar, destruir ou legar partes da empresa*”⁵. Como sabemos, para a perspectiva marxista, sempre foi preciso compreender, antes, que o regime de propriedade depende das condições sociais de produção e circulação que, no caso do capitalismo, não são apenas nacionais. Ademais, aceitando o imaginário do “socialismo num só país”, a permanência das contradições “macroeconômicas” (inflação, desemprego, déficit na balança comercial, desigualdades de renda regionais), seria um indício para Dahl da necessidade permanente de um Estado forte para regular as relações internas e externas da economia “autogerida”⁶.

O discurso da ciência política liberal avança ainda mais nesta confusão com a ajuda dos partidos social-democratas europeus. Analisando a trajetória político-institucional destas organizações, Adam Przeworsky procura expor – também com tom realista – as dificuldades de implantação modelo econômico socialista, recorrendo ao imaginário macroeconômico e tecnocrático. Considerando as imediatas pressões por melhoria das condições materiais da população e as dificuldades em corresponder a estas demandas pela nacionalização e socialização da economia, o destino dos governos socialistas é enfrentar uma crise econômica⁷. A capacidade de organização e administração exigidas para enfrentar tais efeitos negativos da transição é muito superior quando comparada a que a organização dos produtores diretos como classe pode fornecer. Por este motivo, a avaliação de que é possível, segundo Przeworsky, extrair lições da prática política da social-democracia tem referência na maior capacidade adaptativa – capacidade de fazer as melhores escolhas entre linhas de ação possíveis, em condições não escolhidas – para enfrentar estas questões econômicas o

⁵ Idem, p. 122.

⁶ Muito embora a teoria do processo democrático de Dahl, por seu caráter abstrato, não pressuponha distinções nacionais, mas apenas o direito inalienável de um povo, qualquer seja a sua composição real, de se autogovernar.

⁷ “Uma transição para o socialismo deve, portanto, gerar uma crise econômica. Declinam substancialmente os investimentos, sobem os preços, deterioram-se os ganhos nominais de salário e, em consequência, a produção diminui, a demanda arrefece e o desemprego ressurgue como problema fundamental”. PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e Social-Democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. 64

que, aliás, explicaria porque “*os trabalhadores foram e continuam a ser organizados por partidos eleitorais orientados para diversas classes e economicamente reformistas*”⁸. Aceitando as regras do jogo e as instituições da democracia capitalista, os social-democratas levam adiante inúmeras melhorias nas condições de vida dos trabalhadores, mesmo que o caráter reversível de tais reformas constitua, como admite Przeworski, a base de crítica a esta mesma política. Deste modo, o autor vê claramente que a “opção” pela reforma não depende estritamente de interesses econômicos⁹, e que está condicionada a fatores político-ideológicos.

Antecipando a experiência neoliberal, portanto, a social-democracia européia incorpora o imaginário macroeconômico tende a tornar as leis de funcionamento do sistema capitalista uma questão técnica, independente das relações sociais¹⁰. E uma vez que não se conta com o apoio e influência de setores de todas as classes da sociedade capitalista, a tomada violenta do poder por um partido revolucionário só favoreceria a dominação burocrática, pois os quadros do partido enfrentam a crise assumindo e ampliando enormemente as funções administrativas do aparelho de Estado, impulsionando coercitivamente, com isso, o desenvolvimento das forças produtivas. Qualquer uma das alternativas assim formuladas conduz, contudo, a uma conclusão schumpeteriana: a política se resume a uma competição pelo apoio popular, seja qual for o esquema institucional de representação política estabelecido. Nestas condições, a democracia capitalista seria superior porque permitiria reproduzir, no plano político, o princípio da livre concorrência. Em síntese, tudo se passa como se as massas populares fossem, invariavelmente, passivas quanto a seu próprio destino e submissas aos desejos de seus líderes. Para Schumpeter, assim como para Hitler¹¹, escolhe-se um líder como se escolhem sabonetes, de maneira irresponsável e irracional:

“O cidadão típico, por conseguinte, desce para um nível inferior de rendimento mental logo que entra no campo político. Argumenta e analisa de maneira que ele mesmo imediatamente reconheceria como infantil. Torna-se primitivo novamente. O seu pensamento assume o caráter puramente associativo e afetivo. (...) Se o povo pode, a curto prazo, ser gradualmente enganado e levado a fazer o que não deseja, e se essa hipótese não se tratar de um caso excepcional que podemos ignorar, nenhuma medida de bom senso retrospectivo alterará o fato de que, na realidade, ele nem provoca nem

⁸ Idem, p. 16.

⁹ Ibidem, p 279.

¹⁰ Daí seu caráter eminentemente fetichista.

¹¹ Lukács lembra que Hitler considerava como modelo de propaganda política “a boa propaganda de sabonetes”. Op. Cit. p. 101.

decide, mas que os fatos que lhe modelam o destino são habitualmente equacionados e decididos em seu nome”¹².

Pode um líder levar a multidão a fazer o que não deseja ou, antes, ele faz com que ela deseje o que ele quer que ela faça? É nítido que um afeto de desprezo pelas massas perpassa todo realismo político e, de certo modo, também o liberalismo clássico, levando estas construções a reproduzir os preconceitos contra os anseios e imaginações populares. E sendo as transformações que correspondem a estes desejos reversíveis em função da inconstância e primitivismo da multidão, o respeito às regras do jogo funciona como consolo, uma vez que, por ele, evitar-se-iam os excessos de toda sorte. Em contrapartida, é fácil ver, com Maquiavel, que o “*defeito que os historiadores atribuem à multidão pode ser imputado aos homens, de modo geral – e aos príncipes, em particular*”¹³. O povo é mais sábio e mais constante do que o príncipe por que são muitos os obstáculos para refrear seus afetos: o problema está em supor que os detentores do poder estão mais dispostos a respeitar as regras que eles mesmos estabeleceram do que a multidão.

No caso da democracia capitalista, remonta a sua origem histórica a ruptura das regras do jogo pelas frações dominantes da burguesia. Esta convicção atravessa, por exemplo, a análise de Marx sobre as lutas de classe na França entre 1848 e 1850: “*enquanto, em teoria, a Assembléia traçava, a compasso, as formas em que se expressaria, em termos republicanos, o domínio da burguesia só se impunha pela violência sans phrase, pelo estado de sítio*”¹⁴. As medidas concretas para desarmar e reprimir os operários de Paris, a exclusão da fração burguesa democrática da Assembléia Constituinte após o 13 de junho de 1849 e a posterior supressão do sufrágio universal em 1850, são direcionadas a conter a livre expressão dos antagonismos de classe, que poderia levar ao ascenso revolucionário dos operários, como efetivamente ocorreu na década 1870. Percebe-se, então, que a livre concorrência política da promessa democrático-burguesa é tão quimérica quanto a livre concorrência econômica.

¹² SCHUMPETER, Joseph. Op. cit. pp. 319-322.

¹³ MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio*. 4ª ed. Brasília: EdUNB, 2000. p. 179.

¹⁴ *As Lutas de Classe na França entre 1848 e 1850*. p. 137.

A questão (estratégica) dirigida por Marx à democracia é saber em que condições as mediações – a representação política e as regras do jogo – que se interpõem entre a potência produtiva do trabalho e o exercício do poder são superadas. Um problema indistintamente político e econômico. Trata-se de saber como o trabalho vivo se torna um sujeito autônomo que constitui uma produção social coletiva através da livre regulação das forças produtivas, não mais em função da criação de valor, mas no sentido do desenvolvimento da individualidade humana multilateral¹⁵. Por isso, Marx e Engels nunca descartaram táticas de “guerra de posição”, como a utilização do sufrágio nas situações concretas em que isto se revelava possível: organizar-se em partido político é uma expressão do desejo e da necessidade de constituir uma tal subjetividade.

Na maior parte século XIX, contudo, esta possibilidade era restrita. Quando, ao final do século, Engels escreve sua célebre Introdução ao texto de Marx sobre a luta de classes francesa, em que descarta a utilização do método insurrecional diante de condições militares desfavoráveis, os meios democráticos e pacíficos para a ascensão política da classe operária ao poder já estão plenamente incorporados à prática do partido social-democrata alemão. Entretanto, a posição capituladora dos dirigentes social-democratas de apoio a Primeira Guerra Mundial rompe qualquer ilusão de abandono deste método e renovam a questão central: que pode levar as massas ao hábito do exercício do poder por si mesmas?

A experiência da Comuna de Paris é a prova de como esta potência pode ser fonte de inovação radical, que excede os limites rígidos do poder e da representação

¹⁵ O trabalho de Negri sobre os *Grundrisse* capta as condições essencialmente não utópicas disso: “a auto valorização do sujeito proletário, contrariamente à valorização capitalista, assume a forma de auto-determinação em seu desenvolvimento. Marx acompanha este processo. Ele tenta englobá-lo por aproximação. Ele apreende auto-determinação na capacidade do corpo social de para apresentar a si mesmo como a atividade que regula universalmente. Mas este modo de ver o processo de transição como um processo enraizado na ciência, compreendido como uma atividade que regula todas as forças naturais e materiais é, com efeito, uma aproximação. Devemos ir ao coração da matéria: ciência, incorporada no trabalho, é força produtiva, subsumida pelo capital, deve só ser mais radicalmente liberada a medida que o processo contraditório que funda seu desenvolvimento está no fim. É só num alto nível de integração que há a possibilidade de uma ruptura profunda e eficaz para construir uma perspectiva de auto-determinação. Aproximação, alusão não é adequada. Amiúde, a forma como Marx lida com a natureza do conceito de ciência é enfraquecido por isso. Mas isto não acontece, a análise é mesmo muito expressiva e potente, no momento em que a força antitética – o processo de auto-determinação proletária – começa com a definição do nível mais alto de subsunção da sociedade (e, logo, também da ciência) no capital. Aqui, novamente, o “Fragmento sobre as Máquinas”. O comunismo tem a forma da subjetividade, comunismo é uma prática constituinte. Não há parte do capital que não seja destruída pelo desenvolvimento impetuoso do novo sujeito”. NEGRI, Antonio. *Marx Beyond Marx: Lessons on the Grundrisse*. New York: Autonomedia, 1991. pp. 162-163.

política¹⁶. Mas isto não altera o fato de que, para transformar os homens e as circunstâncias, enfrentar-se-á longas lutas¹⁷, avanços e retrocessos. Um processo não linear e, sobretudo, aberto. Maquiavel é o primeiro a compreender plenamente esta ambígua força do hábito, através da qual os homens aprendem a ser livres ou a servir. Entretanto, é claro para o pensador florentino que “*a corrupção e a inaptidão para a vida em liberdade provêm da desigualdade que se introduziu no Estado*”¹⁸. Eis porque, em Roma, a instituição do tribunato da plebe estabeleceu um equilíbrio de forças adequado à manutenção da liberdade, equilíbrio que, quando rompido, abriu caminho para as pretensões de domínio da aristocracia e pôs fim a esta liberdade. A tirania, uma vez instaurada, assume raízes profundas quanto mais o tirano percebe que sua segurança está no apoio popular.

Os efeitos nocivos para o povo romano são evidentes: quando se aprende a combater e a viver pela ambição de um senhor, toda virtude desaparece, sujeitando os homens à potência das causas externas, da fortuna. Com isso, renova-se igualmente a pergunta maquiaveliana: como um povo habituado a servidão pode conquistar a liberdade e, uma vez conquistada, mantê-la? A alternativa entre reforma e revolução está colocada para o pensador florentino, e o recurso a violência que destrói de uma só vez as instituições anteriores parece indispensável: uma reforma parcial jamais poderia superar os velhos hábitos preservados pelas velhas instituições. No entanto, uma vez instaurada a liberdade pela revolução, serão necessárias continuamente novas providências para conservar a liberdade, o que é tão mais difícil quanto mais o processo depende de poucos ou de um só homem.

O desapareço de Spinoza pelas revoluções decorre da avaliação de uma insuficiência em todo ato revolucionário para romper com o hábito coletivo, o que pode levar a entregar todo o poder a um indivíduo ou a um pequeno grupo de homens – como na revolução “gloriosa” da burguesia inglesa – resultando na supressão da liberdade recém conquistada.

¹⁶ Segundo Negri, trata-se de uma oposição entre o caráter absoluto da potência e a rigidez do poder constituído. NEGRI, Antonio. *O Poder Constituinte – Ensaio sobre as Alternativas da Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 92.

¹⁷ “Os operários não tem nenhuma utopia pronta para introduzir ‘par décret du peuple’. Sabem que para conseguir sua própria emancipação, e com ela essa forma superior de vida para a qual tende irresistivelmente a sociedade atual, terão que enfrentar longas lutas, uma série de processos históricos que transformarão as circunstâncias e os homens”. *A Guerra Civil em França*. p. 200.

¹⁸ Op. cit., p. 74.

“Não posso deixar de frisar que também não é menos perigoso liquidar um monarca, ainda quando seja absolutamente evidente que ele é um tirano. Porque o povo, acostumado a autoridade do rei e só por ela refreado, irá desprezar e pôr a ridículo qualquer autoridade inferior”¹⁹.

Mas se uma cidade “*em que a paz é efeito da inércia dos súditos conduzidos como um rebanho e formados unicamente na servidão, merece mais o nome de servidão que de cidade*”²⁰, como negar a importância da transformação revolucionária? Notemos que a solidão, para Spinoza, é a causa de maior temor para homens e mulheres, pois implica que nenhum deles “*tem força para se defender e obter as coisas necessárias a vida*”, razão pela qual, aliás, não se pode conceber um estado de natureza em que não haja convivência entre os homens e, conseqüentemente, um desejo natural de associar-se. O desejo de enfrentar a tirania e de ser livre, não exclui a realização da utilidade comum através da cooperação. Mas tanto a prática da resistência quanto a da obediência são ontologicamente indissociáveis de uma construção imaginária habitual, em função dos afetos do corpo social e das partes que se opõem ou se compõem. A força das velhas instituições, portanto, está operando no registro prático-imaginário da multidão, em maior ou menor grau, a depender da força dos afetos contrários a ordem. Spinoza, no entanto, percebe que a operação do poder constituído é manipular os afetos da multidão, impedindo a imaginação opere como força constitutiva que a restitua em sua própria potência, ou seja, que a impede de se reconhecer como causa ativa das instituições e se esforce a viver por si mesma:

“Não há nada mais eficaz do que a superstição para governar as multidões. Por isso é que elas são frequentemente levadas, sob a capa da religião, ora a adorar o rei como se fossem deuses, ora a execrá-los e a detestá-los como uma peste para todo gênero humano. Foi, de resto, para prevenir esse perigo que houve sempre o cuidado de rodear a religião, fosse verdadeira ou falsa, de culto e aparato, de modo que se revestisse da maior gravidade e fosse observada por todos”²¹

Este poder da religião depende, para ser mantido, de uma conjugação entre imagens, afetos e movimentos corporais coletivos que produzem um hábito de obediência. Isto implica, portanto, um trabalho organizativo estratégico, um “cuidado” que depende não tanto da compreensão adequada da verdade da religião, mas sim dos

¹⁹ *Tratado Teológico-Político*, [276-277], p. 284.

²⁰ *Tratado Político*, V, § 4, p.322.

²¹ *Tratado Teológico-Político*, [6-7], p. 07.

limites e possibilidades de manipulação dos afetos. Compreensão que a perspectiva imaginária espontânea impede à multidão. Talvez tenha sido Gramsci o primeiro marxista a observar que a “organicidade” da religião deriva da fusão entre intelectuais e massa no mesmo bloco social, permitindo que os elementos ideológicos constituam, imediatamente, uma atividade prática:

“A força das religiões, notadamente da Igreja Católica, consistiu e consiste no seguinte: que eles sentem intensamente a necessidade de união de toda a massa ‘religiosa’ e lutam sempre para que os estratos intelectualmente superiores não se destaquem dos inferiores (...) E isto faz ressaltar ainda mais a capacidade organizativa do clero na esfera da cultura, bem como a relação abstratamente racional e justa que a Igreja, em seu âmbito, soube estabelecer entre intelectuais e simplórios”²²

Mas os intelectuais também desempenham um papel central no processo de liberação coletiva, o que Spinoza vê desde o início de sua elaboração teórica. Em verdade, ele a leva ao extremo de radicalidade: o sábio spinozista rejeita o individualismo metodológico cartesiano e se esforça, tanto quanto pode, para que os outros experimentem a potência liberadora do conhecimento adequado²³. Não precisamos nos deter longamente sobre isso; basta dizer que Spinoza escreve não uma meditação metafísica, mas uma ética. Acrescentemos apenas que este processo de liberação não é jamais concebido como puramente intelectual. A experiência dos afetos é a práxis constitutiva da sabedoria, no interior da qual operamos uma concatenação progressiva das afecções do corpo segundo a ordem do intelecto²⁴. Deste modo, a virtude – agir segundo a sua própria potência – está ao alcance mesmo daqueles que não tem de seus afetos um conhecimento adequado: pode ser adquirida e ensinada apenas habituando-se a um exercício de “crítica e autocrítica” que confronte a prática com o

²² GRAMSCI, Antonio. *Concepção Dialética da História*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. pp. 16-17.

²³ “O sumo bem, contudo, é chegar ao ponto de gozar com outros indivíduos, se possível, dessa natureza. Qual, porém, seja ela mostraremos em seu lugar, a saber, o conhecimento da união que a mete tem com toda a Natureza. Este é, portanto, o fim para que tendo: adquirir uma a natureza e assim esforçar-me por que muitos a adquiram comigo; isto é, pertence à minha felicidade fazer com que muitos outros entendam o mesmo que eu, a fim de que o intelecto deles e seu apetite convenham totalmente com o meu intelecto e meu apetite”. *Tratado da Correção do Intelecto*, [13-14], p. 47.

²⁴ “(...) segue-se que cada um tem o poder, se não absoluto, ao menos parcial, de compreender a si mesmo e os seus afetos, clara e distintamente e, conseqüentemente, de fazer com que padeça menos por sua causa”. *Ética*, V, Prop. 4, Esc.

princípio ético imanente, a saber, o esforço individual e coletivo por se conservar, do qual decorre a noção de utilidade comum²⁵.

O poder efetivo da experiência revolucionária sobre o hábito depende, no entanto, de uma análise concreta do modo de vida singular da multidão num determinado contexto histórico. Ninguém menos que Lênin traz este problema para o centro de sua reflexão estratégica, antes e após a tomada do poder. Da teoria do partido à defesa da extinção do Estado, sua elaboração teórica enfrenta o problema da subjetividade revolucionária e dos métodos para romper com o hábito coletivo instituído. De saída, é preciso que a organização dos revolucionários supere a divisão entre intelectuais e operários e suas distinções de profissão, o que constitui uma via de mão dupla: enquanto os intelectuais devem aprender a se submeter à disciplina coletiva de trabalho, os operários devem poder elevar-se ao nível de formuladores táticos e estratégicos²⁶. É, aliás, a distinção específica entre luta econômica e luta política que determina tal passo prático, fundamental para o desenvolvimento da individualidade multilateral. Não por acaso, o militante revolucionário é comparado por Lênin a um tribuno popular, que compreende as relações entre todas as classes que compõem a sociedade e delas com o Estado e é capaz de reagir contra toda manifestação de arbitrariedade e opressão na sociedade²⁷. Para esta alcançar tal compreensão, teoria e experiência prática se entrelaçam, permitindo uma intervenção cada vez mais potente na realidade.

O processo de subjetivação revolucionária confunde-se, na reflexão leniniana, com o conceito de ditadura do proletariado: *“a ditadura do proletariado é uma luta tenaz, cruenta e incruenta, violenta e pacífica, militar e econômica, pedagógica e administrativa, contra forças e tradições da antiga sociedade. A força do hábito de*

²⁵ “Portanto, o melhor que podemos fazer, enquanto não temos um conhecimento perfeito de nossos afetos, é conceber um princípio correto de viver, ou seja, regras seguras de vida, confiá-las a memória e aplicá-las continuamente aos casos particulares que, com frequência, se apresentam na vida, para que nossa imaginação seja, assim, profundamente afetada por elas, de maneira que estejam sempre à nossa disposição”. *Ética*, V, Prop. 10, Esc.

²⁶ LÊNIN, V.I. *Que Fazer?* São Paulo: Hucitec, 1978. p. 87.

²⁷ “A consciência política de classe não pode ser levada ao operário senão do exterior, isto é, do exterior da luta econômica, do exterior da esfera de relações entre operários e patrões. O único domínio onde se poderá extrair esses conhecimentos é o das relações entre todas as classes e categorias da população com o Estado e o governo, o domínio das relações entre todas as classes entre si (...) o social-democrata não deve ter por ideal o secretário do sindicato, mas o *tribuno popular*, que sabe reagir contra toda manifestação de arbitrariedade e opressão, onde quer que seja a classe ou camada social atingida, que sabe generalizar todos os fatos para compor um quadro completo da violência policial e da exploração capitalista”. Idem, pp. 62-63.

*milhões e dezenas de milhões de homens é a força mais terrível*²⁸. Uma análise estratégica da luta de classes deve poder estabelecer a medida correta desta força e, em geral, do poder das velhas instituições sobre a multidão. Para que avance sua adesão à revolução, não basta suprimir estas instituições mas, ao contrário, permitir a experiência política da multidão como força hegemônica. Como diz Spinoza, “*não é de admirar, enfim, que, que para a plebe não haja verdade e que ela não tem capacidade de juízo, visto que os maiores negócios do Estado são tratados fora dela e ela não tem qualquer meio de saber nada*”²⁹. Neste sentido, constitui um passo fundamental suprimir quaisquer obstáculos que se interpõem entre a multidão e o exercício da administração pública, algo que a experiência soviética jamais chegou a concretizar³⁰. De todo modo, o conceito de ditadura em Lênin propõe o exato oposto de uma simples manipulação burocrática da violência.

“Propomo-nos como objetivo final a supressão do Estado, isto é, de toda a violência organizada e sistemática, de toda a violência sobre os homens em geral. Não esperamos o advento de uma ordem social em que o princípio da subordinação da minoria à maioria não seja observado. Mas, aspirando ao socialismo, estamos convencidos de que ele se transformará em comunismo e, em ligação com isto, desaparecerá toda a necessidade de violência sobre os homens em geral, da subordinação de um homem a outro, de uma parte da população a outra parte dela, porque os homens se *habituarão* a observar a condições elementares da convivência social *sem violência e sem subordinação*. É para sublinhar este elemento de hábito que Engels fala da nova geração ‘formada em condições sociais livres que será capaz de se desfazer de toda a tralha do Estado – de qualquer Estado, incluindo o Estado democrático republicano. Para esclarecer isto, é necessário analisar a questão das bases econômicas da extinção do Estado’³¹

Em condições de isolamento e crise, a maior debilidade da revolução soviética consistiu em dissociar o desenvolvimento das condições econômico-objetivas do avanço democrático-socialista, não para “democratizar o Estado”, mas para extingui-lo³². Seria

²⁸ LÊNIN, V. I. *Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2004. p. 53.

²⁹ *Tratado Político*, VII, § 27, p.339.

³⁰ Partindo da experiência e disciplina operária, Lênin defendia uma gradual extinção do funcionalismo público, produzindo com isso “uma ordem em que as funções de fiscalização e contabilidade, cada vez mais simplificadas, serão desempenhadas por todos, por turnos, tornar-se-ão depois um hábito, e finalmente tornar-se-ão caducas como funções especiais de uma categoria especial de indivíduos”. LÊNIN, V. I. *O Estado e a Revolução*. In: Obras Escolhidas em Três Tomos. Lisboa: Edições “Avante!”, 1981. p. 255.

³¹ Idem, p. 278.

³² Como diz Zizek, “(...) a premissa-chave de O Estado e a revolução é que não se pode ‘democratizar completamente o Estado; que o Estado ‘como tal’, em sua própria noção, é uma ditadura de

um equívoco, no entanto, interpretar a complexidade do processo que gera a dominação burocrática stalinista como realização prática das concepções de Lênin. A estratégia burocrática está mais próxima do imaginário democrático capitalista, uma vez que se compartilha da superstição de instabilidade de qualquer iniciativa de “administração” diretamente democrática. Isto implica separar por esferas a vida social e restabelecer as mediações políticas que encontram apoio no hábito, impedindo que a multidão se esforce para dirigir a si mesma.

Como aponta Lukács, esta não foi posição de Lênin: mesmo em condições adversas, sua defesa era contrária ao “comunismo de guerra” e favorável à ampliação democrática, compreendendo as contradições e obstáculos representados pelas tendências burocratizantes no aparelho de Estado dirigido pelo partido. Isto é reforçado pelo fato de que, no interior do próprio núcleo dirigente, desenvolvera-se uma nociva dependência teórica e política com relação a Lênin, cuja liderança tornara-se indispensável para a manutenção da unidade interna e coerência programática. Além de gerar uma disputa interna para sua sucessão, reforçando mais ainda o papel dirigente das lideranças partidárias, a ausência de Lênin significa o abandono do debate em torno do papel dos organismos democráticos populares para a transição, o que, segundo Lukács, “*não foi cogitado nem sugerido, por nenhum dos grupos em luta; tais grupos viram e propuseram apenas questões econômicas, que abriam caminho tão-somente para uma regulação estatal centralizada, ‘pelo alto’*”³³. Quando Stálin consolida sua ditadura no partido (os expurgos, os processos de Moscou), já conta com o apoio de uma nova classe dirigente, dos quadros intermediários que conduzem o processo violento, centralizado e vertical de industrialização e coletivização da terra, criando assim condições para o esvaziamento político daqueles organismos. Assim, uma das principais lições da experiência soviética é que a questão da realização radical da democracia excede o problema do Estado, de seu aperfeiçoamento ou abertura. A nosso ver, qualquer tentativa da institucionalização da justiça distributiva ou ampliação da democracia à condução das empresas capitalistas, tal como concebem os liberais, enfrentaria os mesmos desafios.

uma classe sobre a outra (...).” ZIZEK, Slavoj. *Às Portas da Revolução – Escritos de Lênin de 1917*. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 203.

³³ LUKÁCS, György. *Socialismo e Democratização: Escritos Políticos 1956-1971*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008. p. 147.

4.2.

Terror, Violência e Liberação

O paradoxo que devemos aceitar, portanto, consiste em que a modernidade experimentou as suas principais explosões democrático-igualitárias através do terror revolucionário. No capítulo anterior, buscamos mostrar a importância dada pela historiografia contemporânea, especialmente a partir do texto de Barrington Moore Jr., à modernização revolucionária em comparação com a modernização conservadora e/ou reformista, no que diz respeito à democracia. Se o principal equívoco reformista consiste em separar o problema político do econômico, imprimindo uma centralidade às necessidades de administração e regulação da economia, o terror implicou, como diz Žizek, à redução do problema econômico à esfera política:

“Será que todas as formas de ‘terror’ político, dos jacobinos à Revolução Cultural maoísta, não pressupõem a exclusão da própria esfera da produção, sua redução ao terreno da batalha política? Em outras palavras, o que o ‘terror’ político efetivamente implica é nada menos que o abandono do insight-chave de Marx, de que a luta política é um espetáculo que, para ser decifrado, deve ser referido à esfera da economia (...)”³⁴.

A questão da divisão da vida social em esferas nos remete ao problema das abstrações e, por isso, devemos ler com cautela esta redução ao “terreno da batalha política” de que fala Žizek. Sabemos que, tanto para Spinoza como para Marx, abstrair é uma operação cognitivo-imaginária, decorrente ou da necessidade de colocar em relevo aquilo que é comum a muitas coisas singulares, ou da limitação própria de nosso corpo a formar idéias adequadas a partir das imagens das coisas que o afetam, o que nos leva a organizar tais imagens segundo a ordem própria do hábito. Em função desta limitação, produzimos inversões para exprimir o que se apresenta de modo invertido: ao desconhecer as causas de nossos desejos, por exemplo, assumimos que somos determinados a agir por nossos próprios desejos e finalidades, concebendo tudo mais que ocorre segundo a ilusão finalista. Ontologicamente, portanto, o que chamamos habitualmente de política e economia são expressões imaginárias do esforço coletivo por perseverar na existência, que supõem o modo como afetamos e somos afetados

³⁴

ZIZEK, Slavoj. Op. cit. p. 24

pelos corpos exteriores, o modo como produzimos em sociedade com outros seres semelhantes a nós, modificando a natureza externa e alterando nossa própria. Em função dos afetos que o corpo social experimenta, a imaginação assume um papel constitutivo na realidade humana, seja quando a multidão se esforça por viver por si mesma, seja quando está sujeita à potência das causas exteriores.

O capitalismo, na perspectiva marxiana, é o modo de produção que, paradoxalmente, cria as condições para que a multidão se identifique plenamente com sua atividade. A introdução do conhecimento científico como motor da expansão da produção, ao mesmo tempo em que produz uma experiência máxima de impotência subjetiva, possibilita uma nova forma de liberação. Os efeitos imaginários da potência das causas exteriores são minimizados quando a produção social domina as forças da natureza³⁵. Nenhum outro modo de produção radicaliza tanto a ilusão de que o ser humano é “um império num império”. Como então a política da modernidade capitalista poderia deixar de se render à idéia de que se pode modificar completamente a natureza humana mediante processos técnico-científicos, ou mesmo mediante a violência revolucionária? A grande dificuldade do terror revolucionário é lidar com seu *devir-utópico*, a ilusão de que a derrubada e substituição do poder constituído é capaz de transformar radicalmente as relações sociais. Indispensável, porém expansivo e irrefreável como qualquer afeto, o utopismo leva frequentemente a conceber que através da política “*os homens podem perder sua natureza humana e revestir-se de outras*”³⁶. Este utopismo guarda estrita relação com o pensamento teleológico e não é por coincidência que o terror geralmente se exerce em função da consecução dos objetivos finais (a edificação da “ordem socialista” ou a realização da missão histórica de um povo ou de uma classe).

Uma vez que enraizados nos hábitos e na imaginação coletivos, os objetivos finais tornam-se o horizonte aberto no tempo e no espaço para a preservação e expansão

³⁵ Poderíamos enumerar diversas passagens para ilustrar isto, do ponto de vista de Marx. Eis uma particularmente importante, extraída dos *Grundrisse* “O trabalhador já não introduz o objeto natural modificado, como elo intermediário, entre a coisa e si mesmo, senão que insere o processo natural, a que transforma em industrial, como meio entre si mesmo e a natureza inorgânica, a qual domina. Se apresenta ao lado do processo de produção, em lugar de ser seu agente principal. Nesta transformação o que *aparece* como pilar fundamental da produção e da riqueza não é o trabalho imediato executado pelo homem, nem o tempo que este trabalha, senão que a apropriação da sua própria força produtiva em geral, sua compreensão da natureza e seu domínio da mesma graça a sua existência enquanto corpo social, o desenvolvimento do indivíduo social”. *Grundrisse*, II, [593-594], pp.228-229.

³⁶ *Tratado Político*, IV, §4.

do poder constituído. Na modernidade, este caráter colonial do poder já é tema de debate em Maquiavel: uma República que deseja a liberdade deve permanecer no interior de limites justos ou se expandir?³⁷ A resposta maquiaveliana, escolhendo a alternativa da expansão, é reveladora deste aspecto trágico dos objetivos finais: enquanto a multidão associava a grandeza romana a sua virtude combatente, Roma era imbatível. Quando a máquina imperial passa a demandar uma concentração cada vez maior de poder militar e riquezas para ser preservada, introduz-se uma assimetria fundamental no interior do Estado: de um lado, cidadãos que nunca tomaram em armas e que, portanto, eram apenas passivos com relação ao projeto imperial. De outro, a ascensão política dos generais sustentada por suas tropas profissionais, procuram reproduzir sua existência enquanto exército não mais em função de sua virtude cidadina, mas pelo prestígio e riqueza que a vida militar envolve. A multidão já não tem qualquer ascendência sobre os objetivos estratégicos do Império. Rompem-se, com isso, as bases materiais da constituição mista que durante séculos preservara a liberdade romana.

Além disso, se o pensamento político hegemônico pode tornar equivalentes violência revolucionária e violência estatal, é justamente porque ambas podem ser associadas a objetivos finais transcendentais. Neste sentido, o que uma revolução poderia obter que a transformação lenta e gradual do aparelho estatal não pode conseguir, com muito menos “custo” humano? De fato, as explosões revolucionárias violentas das massas na modernidade não só foram capturadas, como também prevenidas pela estrutura teleológica e transcendente do Estado. Os acontecimentos revolucionários na Europa, do final do século XVIII ao início do século XX, proporcionam um grande acúmulo teórico e prático para os setores conservadores, em especial nas sociedades coloniais. É preciso impedir o desenvolvimento dos impulsos democráticos radicais da multidão e, para tanto, compreende-se as fraquezas da representação política e do constitucionalismo. A origem comum do bonapartismo, das ditaduras e das “revoluções passivas” modernas parece ser a convicção de que quando o Estado se materializa na figura do líder, aumenta enormemente sua ascendência sobre os súditos. Ilustradores do caminho, não raros os líderes-Estado são elevados ao patamar de semi-deuses, cujo culto e aparato devem ser obedecidos com atos de fé, muitas vezes de modo voluntarista. Um exemplo disto é que as imagens e os sinais

³⁷MAQUIAVEL, Nicolau. *Discuso sobre a Primeira Década de Tito Lívio*. pp. 258 e ss.

pareceram desempenhar um papel mais fundamental na tirania Stalinista do que os discursos ou as ordens:

“Por exemplo, no impulso a coletivização de 1929-30, ‘nunca se deu nenhuma instrução sobre como coletivizar, e os oficiais locais que pediram tais instruções foram repreendidos’. O único que efetivamente se dava era um sinal, um discurso de Stálin na Academia comunista em dezembro de 1929, onde pedia que os *kúlaks* fossem ‘liquidados como classe’. Os quadros inferiores, ávidos por cumprir a ordem, temerosos de ser acusados de tolerância para com o inimigo de classe e de não-cumprimento, como é de se supor, sobrecumpriam a ordem; logo, o que temos de ‘mais próximo a uma declaração política explícita da política pública’, é a famosa carta de Stálin ‘Vértigo do exército’, publicada no *Pravda* em primeiro de março de 1930, na qual repudia os excessos do que se havia feito sem instruções precisas dos oficiais locais”³⁸

La Boétie talvez tenha sido o primeiro a mostrar que o tirano depende daqueles que o apóiam ativamente, ou seja, daqueles cujo comportamento não é de simples obediência, mas de identificação com os desejos e pensamentos do tirano³⁹. O estudo da dominação totalitária deveria levar em conta o fato de que os afetos e a imaginação não podem ser extirpados da experiência humana. Deste modo, não é tanto o domínio da fria racionalidade instrumental que caracteriza este tipo de dominação – como uma interpretação de inspiração weberiana poderia supor – mas de uma experiência afetiva singular de identificação com o líder, com os objetivos e razões de Estado. Nesta direção, o caso de Eichmann não estaria tanto na falta de reflexão - “banalizadora do mal” - ao cumprir ordens, mas na ilusão de que seu corpo e sua mente são órgãos do Reich, partes componentes da própria mente e corpo do Führer⁴⁰. Consequentemente, Eichmann pode dizer que foi determinado a agir de certo modo, pois apenas de Hitler – o corpo e mente do Reich, a totalidade orgânica – se poderia dizer que a ação era livre. O discurso de Eichmann talvez seja, apenas em parte, cínico: boa parte dele pode ser fiel aos afetos que experimentou na condição de funcionário nazista. Isto poderia explicar até mesmo porque foi capaz de enunciá-lo num tribunal de exceção em que a sentença de condenação de morte era conhecida de antemão.

³⁸ ZIZEK, Slavoj. *La Revolución Blanda*. Buenos Aires: Parusia, 2004. p. 30.

³⁹ “O lavrador e o artesão, ainda que subjugados, ficam quites ao fazer o que lhes dizem; mas o tirano vê os outros que lhe são próximos trapaceando e mendigando seu favor; não é só preciso que façam o que diz mas que pensem o que quer e amiúde, para satisfazê-lo, que ainda antecipem seus pensamentos”. LA BOÉTIE, Etienne. *Discurso da Servidão Voluntária*. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1999. p. 33.

⁴⁰ Do mesmo modo, seria superficial supor que o funcionário nazista e o dirigente stalinista experimentam os mesmos afetos, por mais similares que pareçam os regimes.

A experiência do facismo e do nazismo foi proveitosa para que a democracia capitalista contemporânea incorporasse de modo singular a figura do líder-Estado. Neste sentido, Domenico Losurdo qualifica os regimes contemporâneos de *bonapartismo soft*: regimes democráticos de inspiração no modelo norte-americano, em que se combina a ampla concentração de poderes nas mãos do Executivo com a desestruturação dos partidos organizados de massa. Com a ajuda de estratégias de *mass media*, tais regimes se tornam imunes a qualquer iniciativa autônoma de direção política por parte das classes subalternas⁴¹. Isto corresponderia à utopia schumpeteriana da competição política, não fosse o fato de que só podem jogar o jogo das eleições midiáticas de tipo norte-americano candidatos que tem a sua disposição incontáveis somas monetárias. A dependência absoluta dos quadros políticos com relação ao capital no regime político de tipo norte-americano permite conter as oscilações eleitorais dentro de certos limites não prejudiciais a seus interesses estratégicos. No caso da eleição de Obama, em que parte desta soma de dinheiro foi obtida com donativos populares, apenas reforçou-se a eficácia da manipulação do imaginário coletivo quando se trata de construir um líder-Estado *soft*. Em outros termos, a potência efetiva de tal figura quando, em virtude afeto de esperança, recebe da multidão todo o poder. A vitalidade da democracia norte-americana foi resgatada, porquanto isto não alterava em nada a dependência absoluta da multidão com relação a suas instituições.

Os limites da ação violenta não se restringem, contudo, apenas aos inconvenientes produzidos pelo fetichismo dos fins (utopismo), mas também pelo fetichismo dos meios. Combinados, estes dois fatores acabam por supervalorizar o papel transformador da política, menosprezando o modo pelo qual condições materiais e imaginárias estão entrelaçadas na constituição do corpo social. Escritores da ficção científica do século XX, como Huxley e Orwell, imaginaram regimes em que a eliminação física dos adversários políticos e as conspirações são para os indivíduos como forças sociais autônomas. Parece desnecessário dizer que, quanto a este ponto, em nada diferem KGB, CIA e outras polícias políticas inventadas no curso do último século. Como Spinoza, podemos dirigir uma crítica geral ao segredo de Estado: sua função é unicamente contribuir para aproximar aqueles que ambicionam o poder absoluto de seu objetivo, sobretudo quando dizem estar agindo em função do interesse

⁴¹ LOSURDO, Domenico. *Democracia ou Bonapartismo*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

coletivo⁴². Não podemos aqui nos aprofundar sobre cada evento histórico singular em estes métodos foram decisivos para a dominação capitalista: o papel da CIA nos golpes militares na América Latina fornece alguns dos inúmeros exemplos que comprovam a força efetiva das conspirações e da perseguição política. O fato de que estas organizações secretas atuem ainda hoje, intensamente e sem limite algum, revela que a *accountability* é apenas mais uma falácia da democracia contemporânea.

Devemos reconhecer que alguns destes métodos foram comuns às lutas revolucionárias do trabalho nos séculos XIX e XX. O problema consiste não tanto em negar este fato, mas em saber como compreendê-lo, discutindo o histórico das experiências em que foram utilizados e sua relação geral com os objetivos e resultados da ação política. Jacques Textier, por exemplo, mostra que Marx e Engels travam este debate especialmente com os blanquistas: após a sangrenta manifestação do “terrorismo burguês” em junho de 1848⁴³, os dois se alinham com Blanqui quanto à necessidade da ditadura do proletariado e da revolução permanente, rejeitando, contudo, o voluntarismo político que deposita fé absoluta na capacidade transformadora violência⁴⁴. Ademais, ao reconstruir a trajetória das duas noções, observa-se que elas são em grande medida conjunturais, como, aliás, fica evidenciado pelas referências de Marx e Engels à situação do movimento operário na Inglaterra, onde os avanços do cartismo pareciam tornar possível alcançar o poder pela via eleitoral. O debate desta natureza segue no interior do movimento revolucionário socialista no final do século XIX e início do século XX, animado, sobretudo, pela posição de Engels a favor do abandono da ênfase no método insurrecional: “*a rebelião no estilo antigo, o combate das barricadas que, até 1848, fora decisivo em toda parte, está consideravelmente ultrapassado*”⁴⁵. Esta análise está baseada no êxito eleitoral do partido social-democrata e na avaliação das desvantagens militares dos insurretos, crucial para nosso trabalho, motivo pelo qual voltaremos a ela. Por ora, devemos compreender que, embora minimize sua importância, Engels não descarta a chamada “ação ilegal” do partido, que pode implicar na utilização de métodos violentos como os combates de rua.

⁴² Tratado Político, VII, §29, p. 340.

⁴³ Referência de Marx à repressão violenta que se segue à insurreição operária de 22 de junho de 1848. Ver *As Lutas de Classe na França de 1848 a 1850*. pp. 130 e ss.

⁴⁴ Ver TEXTIER, Jacques. Op. cit, pp. 165 e ss.

⁴⁵ ENGELS, Frederich. *Introdução à “As Lutas de Classe na França de 1848 a 1850”*. p. 103.

A questão do terrorismo coloca-se no contexto em que se discute trabalho ilegal e legal das diferentes organizações políticas, de esquerda e de direita. Entender o terrorismo como método de luta é algo bem diverso do que o discurso hegemônico nas democracias contemporâneas procura chamar de terrorismo, pois, neste caso, não passa de uma noção abstrata que pode ser atribuída a qualquer forma de resistência popular considerada ilegal⁴⁶. O que torna possível esta atribuição, em termos spinozanos, é o afeto de medo suscitado por algo cuja realização é duvidosa, e que pode ser intensificado pela exposição de imagens e sinais⁴⁷. A repetição constante do desmoronamento das torres gêmeas, ou da vida de Bin Laden nas cavernas, cumpre este papel, tanto quanto a imagem dos jovens armados no Rio de Janeiro reforça o medo de uma insurreição popular⁴⁸. Esta insistente reafirmação midiática das causas de medo, a produção e reprodução de inimigos virtuais, é uma das estratégias mais eficazes de controle social, justamente porque ela pode não corresponder a nenhum objeto presente.

Não obstante suas expressões serem singulares, variando enormemente em função das circunstâncias, podemos dizer que o terrorismo é uma tática de luta eminentemente biopolítica que procura, através de violenta ruptura da ordem cotidiana, expor a fragilidade do poder em garantir a vida de uma população. Espera-se, com isso, fortalecer a imagem da organização e ampliar o alcance de suas reivindicações que, em geral, são trabalhadas também por organizações que atuam legalmente no movimento de massas; entretanto, a atuação desta natureza acaba por fortalecer muito mais a repressão e o militarismo do poder constituído sobre qualquer de manifestação de resistência popular. Acrescenta-se a isto o fato de que, como lembram Negri e Hardt, a estrutura destas organizações é altamente centralizada e depende de cadeias de comando verticais⁴⁹, onde a informação e os objetivos da ação são inteiramente inacessíveis aos quadros inferiores. O terrorismo torna-se, assim, a metonímia do que chamamos de fetichismo dos métodos. Sua potência é superestimada porque não se compreende que os efeitos de sua ação não dependem apenas dela mesma. Os quadros devem entregar

⁴⁶ Temos vários exemplos no Brasil, como o recente projeto de lei que previa tipificar como terrorista as ações dos movimentos sociais, ou o caso da criminalização do MST no Rio Grande do Sul.

⁴⁷ “O medo é uma tristeza instável, surgida da idéia de uma coisa futura ou passada, de cuja realização temos alguma dúvida”. *Ética*, III, Def. dos Afetos, 13.

⁴⁸ Ver BATISTA, Vera Malaguti. *O Medo na Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

⁴⁹ HARDT, Michael, NEGRI, Antonio. *Multidão – Guerra e Democracia na Era do Império*. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 128.

cegamente sua vida à organização, antes de efetivamente a sacrificarem, o que não faz senão reproduzir a lógica da soberania que se procura, em tese, combater.

O dilema da violência revolucionária parece ser, portanto, não reproduzir estes fetichismos o que, de modo geral, implica compreender os limites do poder político para produzir certas transformações na natureza humana. Motivo pelo qual é imperioso resgatar e aprofundar a distinção marxiana entre revolução social e revolução política⁵⁰.

“Em todas as revoluções anteriores, o modo de atividade permanecia inalterado e se tratava apenas de uma outra distribuição dessa atividade, de uma nova divisão do trabalho entre pessoas; a revolução comunista, ao contrário, é dirigida contra o *modo de atividade* anterior, ela suprime o trabalho e extingue a dominação de todas as classes, porque ela é efetuada pela classe que não é mais considerada como uma classe na sociedade. Uma ampla transformação dos homens se faz necessária para criação em massa dessa consciência comunista, como também para levar a bom termo a própria coisa; ora, uma tal transformação só se pode operar por um movimento prático, por uma revolução; esta revolução não se faz somente necessária, portanto, por ser o único meio de derrubar a classe dominante, ela é igualmente necessária porque somente uma revolução permitirá que a classe que derruba a outra varra toda a podridão do velho sistema e se torne apta a fundar a sociedade sobre bases novas”⁵¹.

Como se vê, ambas as revoluções em questão são o pressuposto uma da outra. Certamente, devemos desconfiar de que seja possível “varrer toda a podridão” eliminando fisicamente uma classe ou indivíduos desta classe, sem que sejam eliminadas as condições que tornam possível a divisão da sociedade em classes. A singularidade histórica do capitalismo está em criar as condições para esta revolução contra o “modo de atividade”: a supressão do poder político e econômico do capital, a “expropriação dos expropriadores” é reapropriação pela multidão de sua própria potência de agir. Isto significa que os objetivos de uma revolução devem ser os de criar as condições para o desenvolvimento de uma nova subjetividade, capaz, senão de compreender, ao menos de imaginar a produção coletiva como resultado de sua própria

⁵⁰ Como salienta Mézaros, “em uma transformação social radical – tratando-se de uma revolução socialista – a mudança não pode se restringir ao pessoal governante e, por conseguinte, a revolução deve ser social no sentido verdadeiro e omniabrangente. Isso significa que a transformação e o novo modo de controlar o metabolismo social devem penetrar cada segmento da sociedade. É nesse sentido que o conceito de revolução permanece válido; com efeito, à luz de nossa experiência histórica, mais válido do que nunca. Uma revolução não apenas erradica, mas implanta. A erradicação é tanto uma parte desse processo quanto aquilo que se põe no lugar do que foi erradicado. Marx diz em algum lugar que o significado de radical é ‘tomar as coisas pela raiz’. Esse é o significado literal de ser radical e ele mantém sua validade na revolução social com o sentido há pouco mencionado de erradicar e implantar”. MÉSZAROS, István. *O desafio e o Fardo do Tempo Histórico: O Socialismo no Século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2007.

⁵¹ *A Ideologia Alemã*. p. 86.

atividade, em cooperação com outros seres humanos. Isto seria romper com os velhos hábitos e velhas ilusões: entregue a elas, sentimos e experimentamos que somos impotentes. Nada mais eficaz para o capitalismo do que se apropriar de nossas resistências a ele; fugimos da tristeza, por determinação de nosso *conatus*, com alegrias efêmeras e objetos de desejo que nos decepcionam⁵². Por este motivo, como diz Negri, “*suprimir a violência desse processo pode apenas entregá-lo – mãos e pés amarrados – ao capital. A violência uma primeira, imediata e vigorosa afirmação da necessidade do comunismo. Ela não proporciona a solução, mas é fundamental*”⁵³. A violência revolucionária, enquanto expressão da potência da multidão, excede a relação de soberania e aponta para um direito que não procura se cristalizar num ordenamento jurídico-estatal, nem pode se restringir a dinâmica representativa da democracia burguesa. Mas a potência da multidão não se restringe a isso: ao contrário, ela constitui, enquanto atividade expansiva e criativa, todo o horizonte ontológico do humano que, considerado em si mesmo, é absolutamente democrático.

4.3.

Defesa, Segurança e Formação dos Corpos Armados na Modernidade

No entanto, o aparato de dominação constituído pela soberania estatal e pelas relações capitalistas de produção, combinando centralização, verticalização e especialização em diferentes níveis, gera uma enorme desproporção com relação às formas de resistência espontâneas da multidão. São as próprias condições da luta política na modernidade capitalista, portanto, que levam a organização da resistência a assumir características típicas ao modelo militar moderno, das insurreições aos exércitos populares e às táticas de guerrilha⁵⁴. Nos dois últimos casos, embora os métodos de luta sejam diversos, temos uma estrutura hierárquica de comando, que é, na maioria das vezes, radicalmente não-democrática, no que não difere muito dos exércitos convencionais. Como já observara Engels, as instituições militares e a guerra no

⁵² Veja-se, a este respeito, a decisão filosófica de Spinoza, que implica no abandono das alegrias incertas provenientes da glória, da concupiscência e das riquezas. *Tratado da Correção do Intelecto*, [1-13].

⁵³ NEGRI, Antonio. *Marx Beyond Marx – Lessons on the Grundrisse*. New York: Autonomedia, 1991. p. 173.

⁵⁴ HARDT, Micheal, NEGRI, Antonio. *Multidão – Guerra e Democracia na Era do Império*. Rio de Janeiro: Record, 2005. pp. 116-133.

capitalismo implicam numa aplicação de todos os métodos industriais e científicos disponíveis para a produção e circulação do material bélico, ao mesmo tempo em que constituem uma fonte de dinamismo para o próprio desenvolvimento industrial e científico⁵⁵. As novas formas de combate, ao combinarem forças navais, terrestres, aéreas e a mobilização de tropas em massa, exigem alto grau de coordenação, planejamento e logística, fatores que são comuns à operação da empresa capitalista em escala mundial. Estes mesmos fatores contribuem para tornar a hierarquia e a disciplina princípios estruturais de qualquer exército permanente moderno. Nestas condições, sustenta o mesmo Engels, uma insurreição popular está em condições de quase absoluta desvantagem para enfrentar diretamente o Estado, a menos que no seio da própria tropa se desenvolva uma simpatia pela luta revolucionária⁵⁶.

Com efeito, o montante de capital fixo investido na tecnologia bélica das guerras mecânicas, como dizia Weber⁵⁷, torna o poder dos Estados inalcançável a seus rivais, tanto quanto o montante de capital das empresas capitalistas transnacionais restringem a vigência do princípio da livre concorrência no capitalismo. A internacionalização é, aliás, comum a estes dois processos, que podem ser entendidos como correlatos e mutuamente dependentes, constituindo a base do que os marxistas chamam de imperialismo⁵⁸. Não cabe nos limites deste trabalho desenvolver o confronto entre as teses clássicas sobre o imperialismo e a tese negri-hardtiana do *Império*⁵⁹. Queremos enfatizar que, qualquer que seja o arranjo político-institucional da

⁵⁵ “A indústria não perde seu caráter de indústria por se destinarem seus produtos a destruir e não a criar objetos. E a adoção de armas de fogo não somente revolucionou os métodos de guerra, como também a hegemonia da classe nobre. O desenvolvimento da burguesia fez com que passassem para o primeiro plano, como armas decisivas da guerra, a infantaria e a artilharia, tendo esta forçado a criação de uma nova seção, dentro da indústria da guerra, até então desconhecida: a da engenharia militar”. ENGELS, Frederich. *Anti-Duhring*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. p. 146.

⁵⁶ “Em Paris, em junho de 1830 e em fevereiro de 1848, assim como na maior parte dos combates de rua na Espanha, havia entre os insurretos e soldados uma guarda-civil que, ou se passava diretamente para a insurreição ou, por sua atitude vacilante, irresoluta, fazia igualmente a tropa vacilar e, além do mais, fornecia a armas à insurreição. Nos lugares em que esta guarda-civil se enfileirou desde o começo contra a insurreição, tal como em junho de 1848 em Paris, esta foi vencida. ENGELS, Frederich. *Introdução a “As Lutas de Classe na França de 1848 a 1850”*.”

⁵⁷ WEBER, Max. *Economia e Sociedade – Fundamentos da Sociologia Compreensiva*. Brasília: EdUNB, 1999. p. 217.

⁵⁸ Para Lênin, por exemplo, imperialismo e guerra caminham lado a lado: “que outro meio poderia haver, a não ser a guerra, para eliminar a desproporção existente entre o desenvolvimento das forças produtivas e a acumulação de capital, por um lado e, por outro lado, a partilha das colônias e das ‘esferas de influência’ do capital financeiro”. LENIN, V.I. *Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*. In: *Obras Escolhidas em Três tomos*. Lisboa: Edições “Avante!”, 1982. p. 649.

⁵⁹ Sobre isto, ver BORON, Atilio. *Império e Imperialismo – Uma Leitura Crítica de Michael Hardt e Antonio Negri*. São Paulo: Expressão Popular: CLACSO, 2006.

soberania capitalista contemporânea, a ascendência das burocracias militares sobre a política constitui um obstáculo a qualquer tentativa de radicalização democrática, em especial na América Latina. Tal ascendência contrasta, inclusive, com própria origem revolucionária da democracia burguesa. Como observa Domenico Losurdo, no período de radicalização máxima da revolução francesa,

“O princípio eletivo, e além do mais sem a exclusão anterior dos ‘cidadãos passivos’, também se afirma dentro do Exército propriamente dito, de modo que, neste momento, o conjunto dos corpos armados está submetido a um controle qualquer de baixo e o processo de formação dos dirigentes militares da nação não difere, em princípio, daquele dos dirigentes políticos”⁶⁰

Restringir a eletividade e outros mecanismos de participação e controle popular impulsiona o processo de burocratização dos exércitos. O que compreendemos por burocratização, contudo, não é simplesmente a criação de um corpo de funcionários especializados em aplicar a violência contra os adversários internos e externos do Estado ou o predomínio da racionalidade instrumental sobre a afetividade. A experiência das insurreições de soldados ao longo dos séculos XIX e XX impele a técnica militar do poder constituído a investir cada vez mais em técnicas de subjetivação e disciplinamento dos soldados diretamente ligadas aos afetos e imaginações do corpo armado. Não pensamos em melhores exemplos para ilustrar isso do aqueles que são fornecidos pela indústria cinematográfica. De *Taxi Driver* a *Tropa de Elite*, passando pela popular série de longas com o personagem *Rambo*, a temática comum gira em torno das transformações mentais e corporais do soldado, que o tornam uma *máquina de guerra*, inadaptado à rotina e aos procedimentos do trabalho e da cidadania nas democracias capitalistas pelas quais combate e está disposto a morrer. Spinoza nos ajuda a compreender este processo de subjetivação: ao submeter o corpo à dor e ao sofrimento, constitui-se um novo hábito, ou seja, adquire-se uma nova ordenação e concatenação das imagens no corpo e, conseqüentemente, modifica-se a forma de experimentar os afetos. Confrontados com situações extremas, desafiados em sua capacidade de sobrevivência, os indivíduos devem aprender a controlar suas paixões, ou seja, a transformar afetos passivos em ativos. Ademais, para continuar vivo é preciso manipular de maneira adequada o armamento. O aumento de potência experimentado pelo corpo armado passa inexoravelmente a constituir a memória do soldado. Não sem

⁶⁰ LOSURDO, Domenico. Op. cit. p. 148.

razão, imaginam a si próprios e aos demais corpos armados como a verdadeira potência e força do Estado: de maneira singular, experimenta-se os afetos de um soberano absoluto, que tem sob sua dependência a vida de homens e mulheres.

A grande dificuldade para os militares está, pois, em aceitar ordens daqueles cujos corpos imaginam estar ou efetivamente estão sob sua dependência⁶¹. A vida ordinária e comum, a temporalidade repetitiva do trabalho, o excesso de procedimentos da democracia e a passionalidade do vulgo são como corpos estranhos para seu metabolismo combatente. Seguindo a lógica maquiaveliana – lembremos que Maquiavel rejeitava qualquer outra alternativa que um exército composto por todos os cidadãos em idade adulta, mobilizado apenas nas situações de emergência para o Estado⁶² – Spinoza compreende que a necessidade do armamento popular decorre da assimetria, em termos da própria potência, que a burocratização da atividade militar gera, fazendo com que o poder se apóie não mais na potência da multidão, mas na potência dos corpos armados, o que se agrava quando a profissão militar é remunerada⁶³. Na perspectiva spinozana, nada poderia ser mais nocivo à conservação de um Estado: remunerar com soldo a milícia significa premiar a atividade que consiste justamente em colocar sob sua dependência o corpo da multidão⁶⁴ e estimular o que já é tendência presente em todo corpo social, de que um grupo se aproprie pela força das armas da potência coletiva. É claro, como vimos anteriormente, que quando o poder só depende da força das armas é muito precário e está sujeito a ser superado por uma maior força militar. Portanto, o problema torna-se mais grave se, além disso, se no imaginário da multidão as instituições militares são a única e verdadeira força da soberania.

Nossa própria história parece confirmar o esforço dos militares em se identificarem, no imaginário coletivo, à tutores da constituição republicana. No Brasil, história militar e história constitucional se confundem. A atividade política dos militares

⁶¹ Hobbes, por exemplo, reconhece que o direito de recrutar e mandar nos soldados é essencial para a soberania. Ver, na introdução do trabalho, a citação do *Behemoth* de Hobbes, pág 3.

⁶² *Príncipe*, caps. X, XII, XIII, XIV e *Discursos*, Livro I, caps. II, XL, XLVI, LIV, Livro II, caps. XVI, XX, Livro III, caps. XVI, XXIV.

⁶³ *Tratado Político*, VI, § 31, p. 329.

⁶⁴ “Segue-se, do que precede, que cada qual está na dependência de outrem na medida que em que esta no poder desse outro, e que pode repudiar qualquer violência, castigar como julgar bem o dano que lhe é causado e, de maneira geral, viver segundo a sua própria compleição. Esse é o que tem outro em seu poder, que o mantém aprisionado, ou ao qual tomou todas as armas, qualquer meio de se defender ou escapar, ou a quem soube inspirar temor, ou que a si ligou por favores, de tal maneira que esse outro lhe queira agradar mais que a si mesmo, e viver consoante o seu próprio desejo”. *Tratado Político*, II, §§ 9 e 10, p. 311.

está, como diz Alfred Stepan, profundamente enraizada em nosso sistema político, no qual desempenharam o papel de herdeiros “poder moderador” imperial ou exerceram o poder diretamente com o apoio de civis⁶⁵. As instituições militares, ao contrário do que ocorre nas sociedades centrais, não se formaram ao longo do processo de formação do Estado moderno: ao contrário, protagonizaram impulsos de modernização conservadora, como a proclamação e direção da República de 1889, no caso brasileiro. A partir de então, os militares, em especial o Exército, desempenharam o papel de força política ativa, que oscila entre posições de colaboração e hegemonia com relação às demais setores da sociedade brasileira e interesses internacionais, que intervém nas situações em que os ascensos populares democratizadores ameaçam provocar alguma ruptura com a ordem oligárquica.

É interessante considerar que, ao longo do século XX, período de conformação das forças armadas brasileiras à Doutrina de Segurança Nacional⁶⁶ de origem norte-americana, os dirigentes militares passam a preconizar o controle ideológico da tropa e a sufocar os focos de divisão interna, especialmente os que apontavam para uma política de não-alinhamento com os interesses estratégicos estadunidenses. Podemos acompanhar esta movimentação desde a ditadura estadonovista, quando os setores militares colaboracionistas com os interesses do capital internacional encarregam-se de reprimir as dissensões nacionalistas e comunistas dos tenentes. Isto cria condições para que, durante a Segunda Guerra mundial, alguns dos principais dirigentes das Forças Armadas tenham modificado a auto-compreensão de seu papel político e de sua posição na estrutura de classes⁶⁷. O golpe militar que depõe Vargas é um golpe de cúpula, o que

⁶⁵ Ver STEPAN, Alfred. *Os Militares na Política*. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1975.

⁶⁶ A Doutrina da Segurança Nacional foi elaborada pelos militares americanos no período da guerra-fria. O principal inimigo, na visão da DSN, é o marxismo-leninismo, com a idéia de que a luta de classes é uma luta que se trava em todas as esferas da vida social. Ver COMBLIN, Joseph. *A Ideologia da Segurança Nacional – O Poder Militar na América-Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 1978.

⁶⁷ Este processo é fruto da doutrinação pós-segunda guerra, estrategicamente realizada pelos militares norte-americanos. Oficiais de escalão médio como Golbery do Couto e Silva, Orlando Geisel, Ernesto Geisel, Geraldo de Menezes Cortes e os generais Cordeiro de Farias e Juarez Távora recebem instrução neste período no *National War College* de Washington. Daí resulta a criação de seu equivalente brasileiro, a Escola Superior de Guerra (ESG). Lembra Dreifuss que “oficiais americanos permaneceram no *staff* regular da ESG até 1960 e até 1970, pelo menos, os Estados Unidos mantiveram um oficial de ligação com *status* docente dentro da escola”. Fundamentalmente, “a ESG incorporou em solo brasileiro as idéias e as atitudes maniqueístas dominantes no cenário internacional da Guerra Fria. Como uma instituição, a ESG encorajou dentro das Forças Armadas normas de desenvolvimento associado e valores empresariais, ou seja, um crescimento cujo curso industrial foi traçado por multinacionais e um Estado guiado por razões técnicas e não ‘políticas’. Este Estado seria estável por intermédio do autoritarismo

já é um sintoma da política imperialista de conquistar os militares “de cima para baixo”. Não obstante, o mesmo populismo que acaba com o movimento dos tenentes será responsável pela manutenção de uma corrente nacional-reformista no seio da organização militar. Os anos seguintes serão, portanto, de intensa luta interna. O golpe de 64 parece encerrar a transição, representando uma profunda recomposição político-ideológica das Forças Armadas, reforçando tanto sua submissão estratégica aos comandos militares norte-americanos, quanto a sua hegemonia de classe no capitalismo brasileiro, legitimada pela necessidade de vencer o espectro do comunismo⁶⁸.

Neste contexto, não é possível ignorar que o projeto político próprio das Forças Armadas está amalgamado com os interesses mundiais do capitalismo e com certa visão, por vezes discordante dos próprios capitalistas, de como conduzi-lo no Brasil. A construção da ditadura empresarial-militar foi uma movimentação estratégica, que visava à supressão violenta de movimentos populares que poderiam obstaculizar o desenvolvimento do capitalismo com suas reivindicações democráticas. Em outros termos, os militares passam a dirigir o desenvolvimento capitalista no Brasil, assumindo posições de comando nos setores estratégicos da economia. Quando a reestruturação econômica dos anos 70, nos países centrais, exigiu uma rearticulação da própria hegemonia do capital, criou-se uma contradição no bloco de poder que sustentava a ditadura de 64: “(...) *os militares criaram várias empresas estatais que passaram a competir no mercado com as empresas privadas. De aliados, os militares tornaram-se rivais de alguns empresários*”⁶⁹. A contradição torna-se insustentável diante de uma crise de hegemonia, quando não só empresários, mas também a classe média, e principalmente a classe trabalhadora, iniciam movimentos próprios que culminam na ampla frente pelas eleições diretas e no início da redemocratização, já na década de 80.

Esta contradição no seio do bloco de poder não alcança, entretanto, a lógica organizacional e teórica que os militares imprimem à segurança interna e externa.

político incorporado na doutrina de segurança nacional”. DREIFUSS, René A. 1964: *A Conquista do Estado – Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 79.

⁶⁸ Como ressalta Dreifuss, “as próprias Forças Armadas, e aqueles setores mais profundamente envolvidos no golpe de 1964, começam a verificar os dados da realidade. Diante da compra do ferro velho da Bond & Share – operação iniciada no governo anterior e que o novo não teve pejo em efetivar – como diante das riquezas ferríferas ao truste da Hanna Corporation – a oficialidade e os graduados devem pensar bem, e na realidade estão pensando se foi para isso que organizaram e desencadearam o golpe. Idem, p. 404.

⁶⁹ ZAVERUCHA, Jorge. *FHC, Forças Armadas e Polícia – entre autoritarismo e democracia*. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 56.

Preserva-se a militarização das polícias e o uso ampliado das polícias políticas e dos serviços de inteligência (DOPS, DOICODI, SNI, ABIn). A lei de segurança nacional, ainda vigente, continua a formalizar juridicamente a doutrina e a conferir legalidade ao aparato repressivo-punitivo. Na transição dos anos 1980 mantém-se, portanto, o total controle militar sobre a formação dos corpos armados e sobre a composição da oficialidade. Muitos dos dirigentes militares em atividade ainda hoje são instruídos segundo os pressupostos teóricos e organizacionais da segurança nacional que estão presentes nas práticas tanto das forças armadas quanto das forças policiais estaduais. No cerne desta doutrina está uma concepção autoritária de ordem pública, baseada na eliminação do conflito e na imposição do consenso social pela força. Aqueles grupos e indivíduos que ameaçam a ordem são inimigos, externos ou internos; o tratamento prisional e policial é excepcional em face da prioridade de sua eliminação. Imediatamente, surge o problema da indistinção entre funções e métodos de operação militares e policiais, assim como o paralelismo organizacional e corporativo entre as duas forças.

Talvez o maior ganho estratégico da ditadura tenha sido formar “quadros intermediários”, muitas vezes oriundos dos setores populares e totalmente hostis aos projetos de democratização popular, capazes de exercer um controle muito mais capilarizado sobre estas iniciativas. O *paramilitarismo*, a difusão das ideologias e práticas militares para grupos civis, ou mesmo o engajamento de militares na repressão e no controle social “informal”, em conjunto ou não com civis, é aliado precioso neste combate contra as forças populares. Certamente, o paramilitarismo no Brasil tem uma longa história, que remonta ao período colonial, dos bandeirantes aos coronéis e seus capitães-do-mato. Todavia, como o regime de exceção rompe os limites entre guerra e a paz, o uso da violência contra os setores que não encaixam na ordem autoritária está plenamente autorizada para civis e militares, estes últimos dentro ou fora de serviço. Não por acaso, a década de 70 é marcada pelo surgimento dos grupos de extermínio, uma iniciativa que persiste até hoje ao lado de formas paramilitares como a “polícia mineira” e as milícias. Características que atravessam o processo de transição

democrática⁷⁰, entrando em tensão com a intensa mobilização os setores populares e suas demandas pela radicalização da ruptura com a ordem vigente⁷¹.

De fato, nos embates políticos que são travados a partir da redemocratização, da anistia à campanha para as eleições diretas, bem como os que foram travados na constituinte de 1987-88, a disputa pela atribuição constitucional da direção das políticas de segurança pública aos organismos militares⁷², expressa a capacidade de perpetuação do poder militar e das diretrizes da Doutrina da Segurança Nacional. Este fator permite a Jorge Zaverucha, por exemplo, avaliar que a nova constituição não estabelece condições institucionais para o controle civil destas políticas, bem como de sua orientação ideológica⁷³: Elegem-se apenas novos inimigos, em consonância com as mudanças em escala global: narcotráfico, terrorismo e quaisquer grupos insurgentes. Os militares brasileiros passam a ter ganhos significativos, como diz Tilly, com “*uma indústria bélica doméstica em expansão, e um aumento significativo do orçamento militar nacional*”⁷⁴ e, acrescentemos, em escala estadual. Passam, ademais, a atuar em favor daquilo que Rut Diamint chamou de militarização das políticas estatais, ou seja, a “*busca de respostas aos problemas do Estado a partir dos recursos das forças armadas e de segurança*”⁷⁵. Não raro, os militares serão chamados a resolver problemas não apenas no âmbito da segurança, como a defesa da Amazônia, ou como a recente intervenção para atendimento de pacientes com dengue no Estado do Rio de Janeiro. O que ainda permite a recuperação da aprovação popular, em especial do Exército⁷⁶.

⁷⁰ Ver CERQUEIRA, C. M. Nazareth. *Remilitarização da Segurança Pública: A Operação Rio*. In: Discursos sediciosos – Crime, Direito e Sociedade. Ano 1, Número 1, 1º semestre de 1996. O autor, comandante da polícia militar carioca durante o governo Brizola, sustenta que as práticas de controle social do crime no Brasil seguem diretamente influenciadas pelos métodos e pela ideologia militar, em particular pela Doutrina da Segurança Nacional.

⁷¹ De fato, “a estrutura vertical das forças e a idéia de subordinação que são parte da natureza do treinamento militar estão em tensão com a tomada de decisão política dos governos democráticos”. DIAMINT, Rut. Op. cit., p. 89.

⁷² Vejam-se os artigos 142 e 144 da CF/88.

⁷³ “Nossos constituintes não conseguiram se desprender do regime autoritário recém-findo, e acabaram por constitucionalizar a atuação de organizações militares em atividades de polícia (polícia militar) e de defesa civil (corpo de bombeiros), ao lado das polícias civis. As polícias continuaram constitucionalmente, mesmo em menor grau, a defender mais o Estado que o cidadão”. ZAVERUCHA, Jorge. Op. cit., 73.

⁷⁴ TILLY, Charles. *Coerção, Capital e Estados Europeus*. São Paulo: EdUSP, 1996. p. 308.

⁷⁵ DIAMINT, Rut. *Democracia y Seguridad en América Latina*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 2001. p. 169.

⁷⁶ Compartilhamos esta tese com Cerqueira para quem, desde a conferência Eco-92 “se processava um competente projeto de recuperação da imagem do Exército (...). Os militares planejadores da Rio-92 passavam a ser a grande esperança da população carioca”. CERQUEIRA, C. M. Nazareth. Op. Cit. p. 153.

O modelo da segurança nacional está sendo hoje gradativamente adaptado a nova ordem. Mas as circunstâncias do conflito armado, no entanto, são muito diversas e estes ocorrem sob formas muito variadas. Restando fora do horizonte político imediato as guerras entre potências do capitalismo, com o fim da guerra fria difundem-se os conflitos localizados na periferia, com ou sem a participação destas mesmas potências. Seria importante estudar em que medida se relacionam as mudanças nos fluxos do comércio internacional de armas, a necessidade de manutenção das zonas de influência das potências mundiais, a disputa por recursos estratégicos e a difusão de tais conflitos⁷⁷. Aqui, nos limitamos a dizer que há razões de sobra para que as diferentes expressões da guerra e, com ela, as técnicas de subjetivação das organizações militares espalhem-se pelo globo. Não precisamos ir mais longe do que as favelas cariocas, ou mesmo qualquer periferia das grandes cidades brasileiras para perceber como a presença ostensiva dos corpos armados nos territórios populares, com os signos e imagens lhe acompanham, constitui um obstáculo para o desenvolvimento de uma luta emancipatória. O caso do caveirão do BOPE é expressivo desta presença física e simbólica do terror armado do Estado. O carro blindado não apenas percorre as ruas da comunidade com as armas apontadas para fora e, muitas vezes disparando aleatoriamente, mas anuncia sua passagem por um auto-falante com as palavras “*Somos o BOPE, viemos buscar sua alma!*”.

Por isto, no que se refere ao caso brasileiro, em especial o carioca, não podemos supor que os corpos armados do Estado e os corpos armados dos jovens envolvidos no comércio varejista de drogas são idênticos. Em comum, têm apenas o conflito pelo controle de territórios no qual estão envolvidos e a reprodução do comércio de drogas e de armas que este conflito sustenta. A incipiente estrutura organizacional, as sanguinárias lutas internas e as precárias condições materiais dos grupos de narcotraficantes não constituem paralelo algum ao poder de Estado e ao próprio poder

⁷⁷ Segundo o mesmo Tilly observa-se que “o padrão mundial do fluxo de armas mudou consideravelmente no último quarto do século. O volume total das exportações expandiu-se rapidamente, multiplicando-se de cerca de 2,5 bilhões de dólares em 1960 para 37,3 bilhões de dólares em 1983. (...) De um sistema em que os maiores embarques de armas iam principalmente de uma parte a outra do mundo ocidental desenvolveu-se um sistema em que os países ricos exportam para os países pobres. Em 1965, as partes mais pobres do mundo receberam cerca de 55% de todos os carregamentos de armas internacionais; por volta de 1983, a proporção foi de 77%.” Op. cit. p. 295.

do capital que se apropria da potência de seus corpos e de sua imaginação⁷⁸. Por este mesmo motivo, não têm as mínimas condições de compreenderem os efeitos de sua própria ação, estando inteiramente sujeitos a força dos afetos, aos quais estão presos também pela dependência das drogas. Este conflito urbano que vem mobilizando o medo coletivo nos remete ao aspecto trágico da história brasileira, que é o da preservação dos elementos da constituição colonial na constituição republicana: a ordem democrática e capitalista é fundada e reafirmada pelo extermínio da juventude negra e pobre que, seja legal ou ilegalmente, deve se submeter ao trabalho.

Embora as forças do Estado e do tráfico sejam desproporcionais do ponto de vista da estruturação e poderio militar, elas se equivalem quanto a um ponto: o controle violento da organização popular autônoma e emancipadora.

“As lideranças então têm que lidar com duas lógicas diferentes, mas que convergem para um mesmo fato: o medo e a repressão imposta pelos traficantes condicionam a associação de moradores a assumir certos papéis, limitados ao que é permitido pelos traficantes, e assim formatam a nova ‘cara’ da associação de moradores – cada vez menos um instrumento de representação e um espaço político e cada vez mais uma entidade executora de projetos. Ao mesmo tempo, é esse novo papel que é requisitado e reforçado pelo poder público, ao estabelecer com as associações uma política baseada quase que exclusivamente na ‘parceria’ para execução de projetos e políticas sociais”⁷⁹.

O atual cenário do Rio de Janeiro é um exemplo esclarecedor da convergência entre as dinâmicas ilegais e legais do Estado e do capital para conter o desenvolvimento das luta populares, o que se expressa, por outro lado, pela criminalização crescente dos movimentos sociais. A presença cada vez mais intensa dos fatores militares neste esquema de controle social, tem imposto a necessidade de pensar a organização da defesa e da segurança coletivas da luta popular. Entretanto, como fazer com que isso se concretize e, ao mesmo, tempo, não reproduzir a dinâmica e a experiência dos corpos armados, com sua verticalização e centralização rígida, burocratizada, do comando, e seus afetos característicos? Na história revolucionária do século XX, os exércitos

⁷⁸ O que se agrava com a emergência das milícias: “as milícias são compostas por policiais, agentes penitenciários, bombeiros ou outros agentes armados do estado, quase sempre em posições de comando (...) De um modo geral, uma característica parece distinguir as milícias de outros grupos irregulares é seu maior grau de organização e sua maior voracidade econômica (...)”. CANO, Ignácio e LOOT, Carolina. *Seis por Meia Dúzia? Um Estudo Exploratório do Fenômeno das Chamadas ‘Milícias’ no Rio de Janeiro*. In: Segurança, Tráfico e Milícia no Rio de Janeiro, organização Justiça Global. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2008. pp. 81-82.

⁷⁹ ROCHA, Lia de Mattos e SILVA, Itamar. *Associações de Moradores e Seus Dirigentes: O Discurso e a Ação como Reversos do Medo*. Idem, p. 45.

populares e os comandantes guerrilheiros constituíram o germe de um novo aparelho de Estado. As lideranças militares tornam-se líderes-Estado que, ao se perpetuarem no poder, não criam as condições para que a constituição da potência coletiva.

Mas há outro aspecto, talvez mais fundamental, a considerar: o intenso, criativo e democrático impulso de organização popular da defesa armada, vivenciado nos períodos revolucionários, tende a se perder inteiramente com a burocratização decorrente, por exemplo, da necessidade de prolongar sem prazo determinado o “esforço de guerra”, sob o pretexto de vencer as forças da reação, combater uma situação emergencial ou simplesmente perseguir a consecução dos objetivos finais. Nos primeiros momentos da revolução russa, por exemplo, a radicalização democrática da defesa armada podia ser identificada nos *soviets* de soldados e operários⁸⁰. Aos socialistas que analisavam a sublevação contra os oficiais e a condução democrática dos assuntos de segurança e defesa, o *soviete* representava uma nova fórmula para “*suprimir o exército permanente e substituí-lo pelo povo armado*”⁸¹, meio século depois da queda das milícias populares da Comuna de Paris. Reunindo soldados e operários em assembléia, segurança e defesa passam a ser não mais prerrogativa dos generais e outros oficiais, e tampouco um assunto exclusivamente de militares. Mas esta experiência encontra seu limite quando a organização do exército vermelho, ao recuperar a forma militar tradicional, torna-se um instrumento para a ampliação do poder de Estado sobre os próprios soviets.

O problema aqui parece residir no fato de que o corpo dirigente do exército revolucionário, legitimado pela vitória da insurreição, se transpõe para a cabeça do Estado com o objetivo de garantir a sobrevivência da revolução e seu avanço na direção do socialismo. Neste caso, os métodos militares de luta passam a ser a regra das relações com os antigos aliados, como no caso dos camponeses russos, majoritários como força social, mas subordinados pela força à direção proletária. Como sustenta Jacques Textier, esta parece ser uma contradição inerente ao conceito de *revolução*

⁸⁰ “O povo pode reprimir os exploradores quase sem máquina, sem aparelho especial, pela simples organização das massas armadas (como os soviets de deputados operários e soldados, digamos, adiantando-nos)”. LÊNIN, V. I. *O Estado e a Revolução*. In: Obras Escolhidas em Três Tomos. Lisboa: Edições “Avante!”, 1982. p.282.

⁸¹ *A Guerra Civil na França*. p. 196.

*permanente*⁸². No pensamento de Marx, a idéia de tornar a revolução permanente surge da possibilidade de que o proletariado urbano, principal força motriz das revoluções democráticas da primeira metade do século XIX, volte-se contra a burguesia no interior deste mesmo movimento, aproveitando a desorganização do poder burguês e abrindo assim uma perspectiva de transição para o socialismo:

“Enquanto os pequenos burgueses democratas querem concluir a revolução o mais rapidamente possível (...), os nossos interesses e as nossas tarefas consistem em tornar a revolução permanente até que seja eliminada a dominação das classes possuidoras, até que o proletariado conquiste o poder de Estado, até que associação dos proletários se desenvolva, não num só país, mas em todos os países predominantes do mundo, em proporções tais que cesse a competição entre os proletários desses países, e até que pelo menos as forças produtivas decisivas estejam concentradas nas mãos do proletariado”⁸³

Como o próprio Marx reconhecerá mais tarde, após golpe de Bonaparte, a aliança operário-camponesa seria indispensável para continuar a revolução⁸⁴. No entanto, o aspecto determinante para tanto é instituir, imediatamente após a vitória da burguesia democrática, governos revolucionários paralelos⁸⁵, que fortaleçam a independência de classe do proletariado perante a burguesia e se tornem um mecanismo de contra-poder. O armamento operário faz parte desta tática, apenas na medida que as próprias milícias burguesas foram desorganizadas pela revolução democrática. Além da questão camponesa, Marx não trata dos efeitos da formação de um exército nos moldes tradicionais e da guerra civil sobre a organização destes novos governos paralelos e sobre a concentração das forças produtivas na mão do proletariado. A força dos afetos decorrentes da guerra civil parece ser decisiva na criação de condições favoráveis a transferência total de poder para a vanguarda do povo armado, uma vez que “*todos se entregam ao único partido que o medo impõe, sem se preocupar com o futuro, nem com as leis*”⁸⁶, como diz Spinoza.

Neste sentido, poderíamos imaginar que uma forma alternativa de organização militar, como a guerrilheira que, em tese, “*não pode ser feita segundo um esquema*

⁸² “O problema posto pelo conceito de revolução permanente na Rússia de 1905-1907 não se situa no nível da análise das forças motrizes da revolução, com o papel atribuído ao proletariado e a abertura de uma perspectiva de transição para o socialismo, mas no nível dos métodos de luta empregados pelo partido revolucionário contra seus aliados. Tratar os aliados militarmente é um absurdo e não é fácil dar a marcha ré posteriormente”. TEXTIER, Jacques. Op. cit. p. 187.

⁸³ *Mensagem ao Comitê Central da Liga dos Comunistas*. p. 86.

⁸⁴ □ *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*. p. 280.

⁸⁵ *Mensagem*. p. 88.

⁸⁶ Tratado Político, X, §10, p. 364.

rígido”⁸⁷ e depende intensamente da cooperação com setores populares não-combatentes, é capaz de produzir uma alteração significativa das relações militares tradicionais, tornando-as mais democráticas no próprio curso da guerra revolucionária⁸⁸, como na experiência cubana. Todavia, ressaltam Hardt e Negri,

“Como no modelo cubano não existe uma estrutura política preexistente separada da força guerrilheira, o governo posterior à libertação deve formar-se com base na própria estrutura militar. Em muitos casos, a diversidade e autonomia democráticas das várias unidades guerrilheiras vêm-se reduzidas, à medida que a estrutura militar comparativamente horizontal é transformada numa estrutura de comando vertical dentro do Estado”⁸⁹.

4.4.

“Criar, criar, poder popular!”

A cooperação vivenciada no desenvolvimento de uma luta como a guerrilheira, por si só, não garante que ao final da guerra dar-se-á continuidade ao desafio de extinção do Estado. A potência dos corpos armados, tal como se constituíram na modernidade, tornam dependentes e indefesas as partes não-armadas do corpo social, de maneira homóloga ao poder soberano. Como observam Hardt e Negri, a ausência de outros organismos democrático-populares que possam servir de contraponto a esta potência torna-se fatal quando se trata de produzir novas instituições para substituir o velho aparelho de Estado. Para os dois autores, a alternativa seria construção de lutas em rede, nas quais as iniciativas de resistência autônomas, militares e não militares, violentas e pacíficas, agem de maneira coordenada mas sem unidade no sentido tradicional, já que esta suprimiria justamente a autonomia e a singularidade de que cada grupo envolvido na coordenação. Todavia, quais são os elementos distintivos entre as lutas em rede e as já tradicionais frentes populares? Se a pretensão é organizar uma luta e, por isso, ligar e unir os impulsos espontâneos de resistência segundo o que têm de comum, como evitar a formação de um núcleo dirigente ou de uma vanguarda nas próprias redes, com o inconveniente de não se ter clareza quanto a quem efetivamente exerce esta direção?

⁸⁷ GUEVARA, Ernesto “Che”. *A Guerra de Guerrilhas*. Rio de Janeiro: Edições Futuro, 1961. p. 70.

⁸⁸ Com diz Che Guevara a respeito da guerrilha cubana: “É bom destacar que em nossa guerra foram omitidas as graduações de cabo e sargento, consideradas representativas da tirania”. p. 71

⁸⁹ HARDT, Michael e NEGRI, Antonio. Op. cit., p. 112.

A nosso ver, toda questão consiste em que o complexo entrelaçamento entre revolução política e social jamais pode ser esquematizado *a priori* mas é, antes, constituição prática em meio à experiência política da multidão. O título desta seção reproduz uma palavra de ordem recorrente nas manifestações populares do Chile durante o governo de Salvador Allende⁹⁰, e nos ajuda a compreender o que entendemos ser esta constituição prática. Nos dois anos que antecedem o golpe militar, o Chile experimentou um rápido e intenso ascenso popular, não apenas de apoio ao governo, mas de cooperação e criação ininterrupta de novos organismos democráticos para enfrentar os boicotes e econômicos da burguesia chilena, apoiada pelos EEUU. Este processo de multilateral de criação de poder popular de 1970 a 1973 mereceria um estudo mais aprofundado, que excede os limites deste trabalho. Embora tenha sido brutalmente interrompido pela sanguinária ditadura militar de Pinochet, pode ser ainda hoje entendido como um exemplo de composição adequada entre iniciativas democratizadoras espontâneas e organizadas, autônomas e centralizadas, que têm lugar quando a potência coletiva do trabalho, a força da multidão, imagina e compreende a si própria como fundamento da política, da economia e de toda a vida social.

Neste contexto, quase todas as dificuldades e percalços decorrentes dos boicotes da reação puderam ser superadas pela cooperação e ajuda mútua entre partidos e movimentos populares, entre operários, camponeses e setores médios urbanos comprometidos com a transformação da sociedade. Mas compartilhar um objetivo comum, como o de preservar o governo de Allende, não significou extinguir os conflitos que existem entre os diversos setores, cuja tendência é desejar que o governo aja de acordo com sua própria compleição⁹¹. O que impede que isto se desenvolva no sentido do sectarismo não é tanto a passividade perante o desejo alheio, mas a compreensão da força efetiva de cada grupo e de sua própria, e de como elas podem se compor sem que isto implique subordinação de um a outro. Certamente, as limitações e impasses decorrentes do tempo necessário para que o processo fosse conduzido de modo democrático têm relação com as dificuldades encontradas para formular um plano de armamento popular, que pudesse ser implementado sem precipitar uma sangrenta guerra civil. A questão formulada então permanece válida: por que meios a democracia

⁹⁰ Sobre isto, veja-se o documentário *A Batalha do Chile* de Patricio Gúzman.

⁹¹ Não é difícil identificar aqui o afeto de ambição, pois cada setor e grupo político se esforçará para que todos aprove o que ele quer que aprove e repudie o que ele quer repudiar. Ver *Ética*, III, Prop. 31, Esc.

pode ser o princípio da defesa e da segurança comuns, sem reproduzir os problemas do militarismo moderno?

Cabe lembrar que cada corpo social tem demandas próprias neste sentido, já que é constituído de modo singular pela ordenação habitual de certos afetos e imagens decorrentes das relações que sua partes componentes estabelecem entre si, ou seja, do modo de produção da vida no interior do qual muitos indivíduos participam da consecução de um esforço comum de perseverar na existência. As necessidades de defesa integram necessariamente este esforço, e a criação de instituições que visam assegurar este objetivo imanente ao *conatus* coletivo, é sua expressão no imaginário popular. Este é o motivo pelo qual, para Spinoza, o povo armado é a base de sustentação segura de qualquer regime político e, ao mesmo tempo, garantia da preservação da liberdade, já que possibilita à multidão resistir à violência do soberano⁹². A democracia é, entre eles, o mais absoluto dos regimes, pois apesar dos conflitos e dissensões que a perpassam, é mais potente para se conservar já que cada um obedece e defende a si mesmo.

“A força armada deve ser composta apenas por cidadãos e por todos sem exceção. Um homem armado, com efeito, é mais senhor de si mesmo do que um homem desarmado, e os cidadãos transferem absolutamente o seu direito a um outro e entregam-se inteiramente à sua lealdade quando lhe deixam as armas e lhe confiam a defesa das cidades”⁹³

Apesar das mudanças que na constituição do corpo social e dos corpos armados que a ascensão da burguesia e o desenvolvimento capitalista, especialmente na Holanda, Spinoza não poderia antever todas os efeitos produzidos pelo domínio mundial do capital. Ao construir mecanismos de concentração e centralização de poder, o

⁹² No caso da monarquia, Spinoza utiliza o exemplo dos Aragoneses, que depois de se libertar do domínio mouro, não apenas elegeram o rei, mas criaram instrumentos para refrear seu poder e, nos primórdios inclusive depô-lo. Direito que foi abolido, mas “com esta, condição, todavia, os cidadãos poderiam, em qualquer altura, tomar armas contra quem quisessem, pela violência usurpar o poder em seu detrimento, contra o próprio rei e contra o príncipe herdeiro, se tentassem semelhante usurpação. Estipulando essa condição, corrigiram o direito anterior. Pois como demonstramos nos parágrafos 5 e 6 do capítulo IV, é pelo direito de guerra, não pelo direito civil que o rei pode ser privado de seu poder; à sua violência os súditos não podem resistir senão pela violência”. *Tratado Político*, VII, §. 30, p. 340. Com relação a constituição aristocrática, a igualdade não é mais entre todos os cidadãos, mas entre os patrícios, que devem estar, no entanto, reunidos em assembleia em número suficiente para evitar que o poder caia na mão de poucos. Por este motivo, deve-se não apenas garantir que a milícia seja uma função extraordinária, quanto que os chefes militares sejam nomeados apenas em tempo de guerra, com tempo de mandato estabelecido previamente. Ver *Tratado Político*, VIII, § 9, p. 344.

⁹³ *Tratado Político*, VII, §. 17, pp. 346-347.

capitalismo impõe uma radical separação entre a potência coletiva e estas necessidades de defesa que surgem da vida comum. Neste sentido, para o imaginário tais necessidades tornam-se externas e autônomas à sua atividade, uma vez que esta mesmo foi reduzida ao trabalho. O Estado assume a tarefa de garantir a segurança, mas não segundo os interesses e desejos da multidão. As instituições militares modernas, ao se tornarem permanentes e “especializadas” no uso da violência, estão a serviço da reprodução de capital, independentemente de quem assuma o governo, pelo fato de que sua própria atividade de guerra incorpora técnicas de produção industrial e os meios modernos de circulação de mercadorias. Eis porque o colonialismo e para o imperialismo modernos obtêm êxito em manter sob seu controle as forças armadas dos Estados colonizados: há, aliás, uma tendência inerente aos afetos dos corpos armados à simpatia pela potência militar, algo que os norte-americanos exploraram a seu favor, construindo uma hegemonia, por exemplo, sobre as tropas latino-americanas.

Em contrapartida, os militares locais ganham apoio para consolidar seu próprio poder no interior das democracias capitalistas. O caso colombiano é o exemplo extremo de alinhamento e, ao mesmo tempo, parece indicar uma tendência para toda a região. Sob a justificativa de envolver toda a sociedade colombiana no combate à violência organizada – FARC e o ELN e os paramilitares de direita – o presidente Álvaro Uribe, ele mesmo envolvido com o narcotráfico, impõe uma política de “segurança democrática”, oficialmente destinada a fortalecer o aparelho estatal do ponto de vista militar e territorial. Entretanto, as ações de Uribe não se restringem aos chamados grupos de “narco guerrilha”, mas se estendem a toda e qualquer expressão de movimento popular organizado que se oponha a sua política ou ao domínio do narcocapitalismo na Colômbia⁹⁴. Não é coincidência o fato de que, no Brasil, o Gabinete de Segurança Institucional, dirigido por militares, tenha esboçado um projeto de lei para classificar as ações dos movimentos sociais como “terrorismo”, dois anos após a utilização da Lei de Segurança Nacional⁹⁵ contra os dirigentes do MLST que invadiram o Congresso. A crescente criminalização dos movimentos populares sugere que o Estado de segurança

⁹⁴ Vejam-se as denúncias de assassinatos a dirigentes sindicais, a lideranças indígenas e ativistas de direitos humanos em <http://www.colombia.indymedia.org>. O governo colombiano disponibiliza na internet um documento oficial sobre esta política em http://www.mindefensa.gov.co/dayTemplates/images/seguridad_democratica.pdf.

⁹⁵ *Lula Pede a Ministros Nova Lei de Segurança Nacional*. Disponível em <http://www.mndh.org.br/index.php?Itemid=56&id=1022&option=com_content&task=view&date=2009-02-01>

democrática vem sendo construído rapidamente no Brasil por setores militares e civis, com o apoio sempre ativo dos empresários da comunicação.

Analisando as relações entre o capitalismo e as burocracias militares, podemos ver que os desafios para a criação do poder popular e radicalização da democracia incluem, a um só tempo, desestruturar o poder militar e não reproduzir estruturas militares de organização e de luta. Embora nos esforcemos por compreender esta questão, não parece ser possível realizar antecipações teóricas sobre como resolver este dilema político. É certo que ele de modo algum se restringe à organização de uma resistência armada, mas depende inteiramente da multiplicação de organismos democráticos visando a incorporação das massas ao processo político, ou seja, a condução pela multidão de todos os aspectos de sua vida social. Limitamo-nos a apontar a importância de que as formas democráticas mais radicais sejam uma realidade no interior dos movimentos e partidos populares e, por isso, não estejam sujeitas a um regime de exceção, no qual, por exemplo, o armamento popular signifique a suspensão desta democracia. Ao contrário, deve-se supor que seja uma oportunidade para sua ampliação⁹⁶. A única base possível para isto aconteça é que a cooperação – que, aliás, está na base de toda produção capitalista, inclusive de armamento – nas tarefas de defesa e segurança comum substitua a subordinação dos corpos armados.

⁹⁶ Na revolução de 1848, por exemplo, Marx defendia a aplicação do princípio eletivo a todos os corpos armados: “dever-se-á armar, imediatamente, todo o proletariado, com fuzis, carabinas, canhões e munições; é preciso opor-se ao ressurgimento da milícia burguesa, dirigida contra os operários. Onde não se possam adotar estas medidas, os operários devem procurar organizar-se independentemente, como guarda proletária, com chefes e um estado-maior eleitos por eles próprios, e pôr-se às ordens, não do governo, mas dos conselhos municipais revolucionários criados pelos mesmos operários. Onde os operários trabalharem em empresas do Estado, deverão promover seu armamento e organização em corpos especiais com comandos eleitos por eles mesmos, ou como unidades que participem da guarda proletária”. *Mensagem ao Comitê Central da Liga dos Comunistas*. p. 89.